

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.120-029 Tremembé / SP Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 51.639.391/0001-20



Projeto de Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE O SEPULTAMENTO DIGNO DE NASCITUROS E DE NATIMORTOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ.

- **Art. 1º** É obrigatório, no Município de Tremembé, o sepultamento digno de nascituros e de natimortos, independentemente da idade gestacional, do peso corporal ou da estatura do ser humano concebido.
- §1º. Fica proibido dar ao nascituro ou ao natimorto destinação não condizente com a dignidade da pessoa humana, admitindo-se, a critério da família enlutada, a opção pelo procedimento de cremação.
- §2°. Para os fins do disposto no caput, será fornecida à família enlutada a respectiva declaração de óbito.
- Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.120-029 Tremembé / SP Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 51.639.391/0001-20



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa assegurar o respeito à dignidade da vida humana desde a concepção, garantindo aos nascituros e natimortos o direito a um sepultamento digno, independentemente da idade gestacional, peso ou estatura corporal.

É dever do Estado, em todas as suas esferas, promover políticas públicas que reconheçam e protejam a dignidade da pessoa humana, princípio fundamental consagrado na Constituição Federal. Ao assegurar o direito ao sepultamento desses seres humanos concebidos, esta proposta reforça a valorização da vida e o respeito às famílias enlutadas, oferecendo a elas não apenas o reconhecimento legal da perda, mas também a oportunidade de realizar o luto de forma humanizada.

Infelizmente, ainda existem lacunas na legislação e nos protocolos hospitalares que acabam por tratar nascituros e natimortos como resíduos biológicos, o que acarreta dor e sofrimento adicionais às famílias. Este projeto corrige essa distorção ao garantir que a destinação final do corpo respeite os preceitos éticos, morais e culturais da sociedade.

Além disso, ao prever a obrigatoriedade da emissão da declaração de óbito e ao permitir, conforme a vontade da família, a opção pela cremação, o projeto respeita a liberdade individual e a pluralidade de crenças, sem impor procedimentos padronizados que possam ferir convições pessoais ou religiosas.

Trata-se, portanto, de uma medida de justiça, respeito e empatia para com as famílias que enfrentam a perda precoce de um filho, representando um passo importante rumo a uma sociedade mais humana e solidária.

O sepultamento digno é, portanto, um direito do nascituro e do natimorto, bem como de suas respectivas famílias. Com isso, se demonstra a humanidade e dignidade desses seres humanos, bem como respeito à perda sofrida por seus familiares.

Nesse aspecto, o ato de sepultar oferece um espaço físico e simbólico para os pais e familiares vivenciarem o luto de maneira mais concreta e humanizada, contribuindo para o processo de aceitação da perda.

A partir dessa iniciativa, a perda gestacional passará a contar com tratamento mais compassivo, ético e respeitoso também no Município de Tremembé.

Por essas razões, submeto o presente projeto de lei à apreciação dos nobres pares desta Casa Legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.120-029 Tremembé / SP Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 51.639.391/0001-20



Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 12 de novembro de 2025.

Paulinho Kodak
Presidente
Gabinete do Vereador Paulinho Kodak

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando identificador 34003700300032003A005000	0 0
Assinado eletronicamente por Paulinho Kodak em 17/11/2025 15:49 Checksum: 99C3260EA07BC1EC362635EB2F9751D4099F6311D7419944446E70C5C6A4DD23	